

EXPEDIENTE

Em, 29 / 04 / 2015



Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
Gabinete do Governador

1.º Secretário

MENSAGEM Nº 23 /GG

Teresina 28 de abril de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido a superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei Ordinária que *Altera dispositivos da Complementar nº 28 de 09 de junho de 2003 e dá outras providências.*

O presente Projeto de Lei é parte do processo de reestruturação da Administração Pública estadual, desmembrado de Projeto de Lei anteriormente encaminhado a Vossas Excelências, cuja Mensagem recebeu o número 15/2015, e ainda não distribuído a nenhuma das Comissões dessa Augusta Casa.

Assim é que, tendo em vista a existência de matérias que podem suscitar algum debate mais alongado na referida Mensagem 15/2015, bem como a necessidade de que a situação do Instituto de Terras do Piauí seja solucionada, considerando a urgência de que aquele Órgão volte às suas atividades normais, estamos desmembrando o mencionado Projeto de Reforma administrativa, dele retirando a matéria referente ao INTERPI, cuja simplicidade permitirá a essa Douta Casa apreciá-la mais rapidamente.

Com efeito, a atribuição da natureza jurídica de Secretário de Estado ao cargo de Diretor Geral de Reforma e Regularização Fundiária objetiva conferir ao órgão de terras do Piauí maior autonomia administrativa, vez que o seu diretor, como Secretário de Estado, passará a responder diretamente ao Governador do Estado.

Por oportuno, cumpre esclarecer que tal alteração além de não implicar em aumento de despesas, não precisará ser tratada mediante lei complementar, isso porque o Plenário do STF, no julgamento da ADI 2872, declarou a inconstitucionalidade de vários incisos do art. 77 da Constituição do Estado do Piauí, dentre eles o inciso VIII que exigia lei complementar para dispor sobre a Lei Orgânica da Administração Pública.

Ademais, tais dispositivos foram revogados por meio da EC Estadual nº 41 de 10/09/2013. Desse modo, tais matérias devem ser tratadas por lei ordinária, devendo a LC 28/03 receber igual tratamento de lei ordinária.

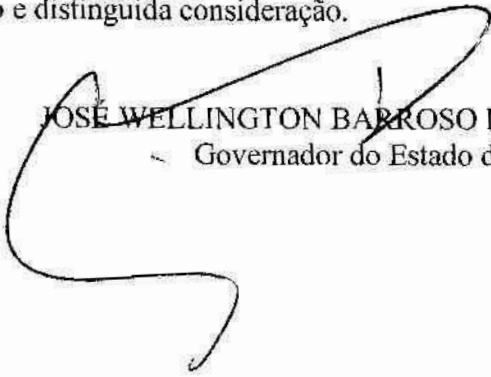
29

Emmanuelito de Oliveira Costa  
Secretário Geral da Mesa

PARA SER LIDO EM EXPEDIENTE

Dessa forma, tendo em mente a importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa sua apreciação confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que submeto a superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.

No ensejo apresento a Vossa Excelência e aos seus Pares, protestos de elevado apreço e distinguida consideração.



JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS  
Governador do Estado do Piauí



# LEI Nº 13, DE 28 DE ABRIL DE 2015

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 28 de 09 de junho de 2003, e dá outras providências.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 10 e 59 da Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 10. ....

Parágrafo Único. Os cargos de Procurador Geral do Estado, de Defensor Geral do Estado, de Controlador Geral do Estado, de Ouvidor Geral do Estado e o de Diretor Geral de Reforma e Regularização Fundiária têm natureza de Secretário de Estado, com idênticos direitos, deveres e prerrogativas.” (NR)

“Art. 59. ....

XV-Diretor Geral do Instituto de Terras do Piauí em Diretor Geral de Reforma e Regularização Fundiária”(NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina. (PI), 28 de ABRIL de 2015.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIA DE GOVERNO  
INTERINA